

casa de palpites

Os recentes casos de manipulação de resultados revelados pela Operação Penaldexima, deflagrada pelo Ministério Público do Estado de Goiás, envolvendo substancial quantidade de atletas profissionais em partidas dos maiores campeonatos brasileiros (S.T. BT

inesperadas. O tema novo e muito alertado e muito se fala. Somente o se via tão perto, sempre se achou que fosse coisa das séries inferiores, ou seja, a que ninguém vê ou muita atenção. Fato incontestável que com essa operação policial houve uma aceleração no debate sobre regulamentação de apostas esportivas que ficava antes zanzando de gabinete em gabinete, com o medo das "bases mais conservadoras" ficarem desgostosas com a legalização de uma modalidade de jogo. O Congresso Nacional, palco onde desfilar a proposta de regulamentação das apostas esportivas - ainda não se sabe bem se virá por medida provisória ou projeto de lei, dependendo das negociações políticas entre Executivo e Parlamento -, não tardou a entrar no debate ativamente por meio da instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). O alarde desta CPI chocou os jornais. Os jornais noticiam constantemente os seus passos preparatórios rumo ao seu previsto para 23 de maio de 2023. Uma questão remanesce para o mercado das apostas esportivas: o que esperar dessa CPI? Cede-se que uma comissão parlamentar de investigação sempre terá um viés político, afinal, a composição heterogênea se traduz em percepções do fato a ser apurado sob olhares distintos. Não vejo isso como um prejuízo, e sim uma possibilidade de qualificar ainda mais a apuração que se leva a efeito. Um outro fato que pode se extrair dessa CPI é a chance de trazer o tema apostas esportivas para a pauta do Congresso Nacional e se reconhecer a necessidade de criar marco regulatório que atenda a necessidade do mercado já existente, que proteja operadores, Estado e apostadores. D outro lado, a CPI pode fazer justiça às casas de apostas ao esclarecer de uma vez todas as suas vitórias nos